



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

CONCORRÊNCIA nº 05/2015

PROCESSO GERAL nº 1015/2015

A presente licitação, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE FOZ DO IGUAÇU, conforme Projeto Básico e demais elementos que integram o edital**, foi instaurada na modalidade "concorrência", de acordo com o disposto nos artigos 22, inciso I, e 23, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93.

Conforme se extrai da ata da sessão de abertura dos envelopes de habilitação, ocorrida em 26/11/15, às 15h, foram analisados os documentos relativos à habilitação das seguintes empresas:

- 1) - Construtora Guilherme Ltda. - CNPJ Nº 00.220.057/0001-04
- 2) - Graça Junior Indústria da Construção Civil Ltda. - CNPJ nº 81.704.546/0001-25
- 3) - Peace Construtora de Obras Ltda. - CNPJ nº 04.826.544/0001-68
- 4) - Tallento Construtora de Obras Ltda. - CNPJ nº 04.379.027/0001-98
- 5) - PGC Engenharia de Obras Ltda. - CNPJ nº 18.091.212/0001-97
- 6) - PPN Construções Ltda. - CNPJ nº 80.303.761/0001-51
- 7) - Construtora Metrosul Ltda. - CNPJ nº 01.739.467/0001-10
- 8) - Oros Engenharia Ltda. - CNPJ nº 80.315.278/0001-97
- 9) - NS Engenharia e Construções Ltda - CNPJ nº 07.148.290/0001-64

E da análise de tais documentos, concluímos pela exclusão da empresa Graça Junior Indústria da Construção Civil Ltda. e inabilitação das empresas PGC Engenharia de Obras Ltda. e Construtora Metrosul Ltda., pelos motivos que passamos a expor:

Quanto à documentação apresentada pela empresa Graça Junior, que se declarou como Empresa de Pequeno Porte (EPP), constatamos, pelo Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) apresentado à fl. 942, que a sua receita bruta ultrapassou o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no art. 3º, II, da Lei Complementar 123/2006, razão pela qual não mais faz jus ao tratamento diferenciado e favorecido que se destina às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da lei.

E prevalece no Tribunal de Contas da União o entendimento de que a simples participação de licitantes não enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei. Nesse sentido o julgamento proferido pelo Plenário daquela Corte de Contas no processo 028.752/2012-0, conforme se verifica nos trechos do Acórdão de nº 1797/2014 transcritos a seguir:

Sumário:

PEDIDO DE REEXAME. REPRESENTAÇÃO. ENQUADRAMENTO IRREGULAR COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. REDUÇÃO DO PRAZO DA PENALIDADE APLICADA. ENCAMINHAMENTO DO ACÓRDÃO, RELATÓRIO E VOTO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. COMUNICAÇÕES

[...]

Voto:
VOTO

O Pedido de Reexame interposto pela empresa Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda. preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, merecendo, portanto, nos termos do art. 48 da mesma Lei, ser conhecido.

2. No que concerne ao mérito das questões suscitadas, manifesto minha concordância, apenas em parte, com o entendimento apresentado pela Secretaria de Recursos (Serur) (Peças 59 a 61), bem como do Ministério Público junto a este Tribunal (Peça 58), em razão dos elementos a seguir apresentados.

3. Como visto no relatório precedente, a razão que levou esta Corte de Contas a aplicar sanção à empresa Geraldo Araújo Oliveira Junior foi a comprovação, no âmbito de Representação, do cometimento de fraude à licitação por ter o empresário individual apresentado declaração inverídica no sentido de que atendia às condições para usufruir das vantagens previstas na Lei Complementar 123/2006, beneficiando-se de tratamento diferenciado destinado a ME/EPP, indevidamente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

4. É de se verificar que a empresa Escribrasil mesmo obtendo faturamento bruto, considerando recebimentos da Administração Pública federal, de R\$ 2.536.113,30, em 2011, participou, na condição de empresa de pequeno porte, indevidamente, no ano seguinte, do Pregão Eletrônico 0334/2011, realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFGO), em 3/1/2012. Esse certame teve tratamento diferenciado e favorável à Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). Conforme o caput c/c § 9º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, a recorrente não poderia usufruir desse benefício.

5. Nas razões de justificativa apresentadas em resposta à oitiva realizada por este Tribunal, a recorrente alegou que a Lei Complementar 139/2011 alterou os limites para ME/EPP, com vigência para o exercício de 2012, portanto, aplicando-se ao certame questionado, o qual foi realizado em 3 de janeiro daquele ano. Segundo o normativo, o faturamento para empresa de pequeno porte estaria limitado à R\$ 3.600.000,00.

6. No entanto, a unidade técnica, ao analisar as razões de justificativa, identificou que havia relação da empresa recorrente com a empresa Comercial Politan Ltda. e com o Grupo Asa Empresarial Ltda., especialmente no que se referia ao sócio-administrador Airton Bandeira da Silva (Peça 32, p. 3) e os técnicos demonstraram (Peça 32, p. 4) que o somatório dos faturamentos da Escribrasil e da Comercial Politan, em 2010 e 2011, ultrapassaram os limites de enquadramento no Simples Nacional, mesmo com as alterações da Lei Complementar 139/2011, em detrimento do §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

7. Em razão desse novo fato, a empresa foi novamente ouvida (Peça 39) e se manteve silente. Com isso, a unidade técnica, não obstante tenha sugerido o acatamento parcial dos argumentos atinentes à primeira notificação, propôs a declaração de inidoneidade da Escribrasil (Peça 41), o que foi acolhido pelo relator a quo e pelo Tribunal, nos termos do Voto condutor do Acórdão 1.776/2013-TCU-Plenário.

8. A Serur defende, em sua instrução transcrita no Relatório precedente, que, por ter sido acatada a justificativa da empresa no tocante à sua participação no Pregão Eletrônico 334/20119, restaria afastada a possibilidade de esta Corte de Contas apenas a recorrente, com base na participação dela no referido procedimento licitatório, mormente porque, esse teria sido o único certame com irregularidade atribuída à empresa. Dessa forma, entende ser contraditório eximir a responsabilidade da Escribrasil sobre os fatos vinculados a essa licitação e utilizá-la para declará-la inidônea.

9. Destaca, também, que a recorrente não venceu o certame questionado, mostrando-se desarrazoado apenas a com sanção tão severa quanto à declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública federal.

10. Assim, defende que a penalidade aplicada deve necessariamente ser afastada, mantendo-se apenas alerta a recorrente de que a participação dela em licitação exclusiva para microempresa ou empresa de pequeno porte ou com benefícios para esse grupo em caso de empate, sem que haja o correto enquadramento nessas categorias ou a apresentação de documento falso em procedimento licitatório, ensejará declaração de inidoneidade, impossibilitando que contrate com a Administração Pública por até cinco anos.

11. Diferentemente da unidade técnica, entendo que, mesmo com o acatamento da defesa em relação à participação da recorrente no Pregão Eletrônico 334/20119, não houve equívoco do relator ou deste Tribunal no que tange à deliberação ora recorrida. O fato de a empresa não ter vencido o certame questionado não é fundamento para o afastamento da pena, pois, em diversas assentadas esta Corte de Contas defendeu que a simples participação em certames exclusivos ou com benefícios para ME/EPP de empresa, por meio de declarações falsas, enseja apenação, pois configura fraude à licitação.

12. Como afirma o MP/TCU em seu parecer, a simples participação de licitantes não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de declarações falsas, constitui fato típico previsto no art. 90 da Lei 8.666/1993. Nesse caso, não se exige que o autor obtenha a vantagem esperada para que o ilícito seja consumado, isso seria mero exaurimento.

13. Da mesma forma, não há qualquer impedimento de aplicação de sanção à ré primária que sequer venceu a disputa. Esta questão pode até ser considerada como atenuante no juízo a ser formulado pelo relator e pelo colegiado na dosimetria da pena a ser aplicada, quando, aí sim, a proporcionalidade da sanção será determinada em função da culpabilidade da conduta, dos antecedentes da responsável, das circunstâncias e das consequências do delito.

14. Entendo que também não prospera o argumento defendido pela Serur de que não seria medida adequada afastar empresa geradora de empregos e renda das contratações públicas, ainda que por curto espaço de tempo, com base apenas na participação irregular em certame exclusivo para ME/EPP, sem sucesso, mais em situação como a aqui enfrentada onde o Tribunal eximiu a recorrente da responsabilidade sobre o único procedimento questionado.

15. A questão relativa à liberdade de iniciativa da empresa em continuar vendendo para o Estado e contribuindo para geração de emprego e renda, bem como a suposta relevância da preservação da pessoa jurídica, embora importantes, pois objeto de custódia da Lei do Simples Nacional, não podem, por si sós, embasar entendimento no sentido de afastar apenação aplicada em razão da constatação de fraude à licitação, ocorrida mediante a apresentação de declarações ideologicamente falsas. A irregularidade praticada pela Escribrasil foi grave e merece reprimenda.

16. No que tange aos indícios de sonegação fiscal apurados pela unidade técnica em consulta ao sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil (RFB), envolvendo as empresas Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda. e Comercial Politan Ltda., depreendo que a questão deve ser encaminhada à RFB para que o órgão adote as medidas que entender cabíveis na sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

área

de

competência.

17. Não creio ser adequada, em sede de análise de pedido de reexame (caso concreto), trazer à baila discussão travada nesta Corte sobre se seria atribuição do Tribunal adentrar com maior profundidade na atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no que tange a contribuintes individualizados. A matéria pode ser melhor apreciada em sede de processo autuado para este fim.

18. No que se refere ao argumento de que a manutenção da penalidade causará a paralisação da atividade mercantil e a ruína financeira da empresa, com sérios reflexos sociais, e, ainda, que essa situação provocará o desemprego dos funcionários e a súplica para haja a substituição da pena aplicada por advertência ou a diminuição do prazo dado para 30 ou, no máximo, 60 dias, acolho o entendimento da unidade técnica. De fato, embora sensível aos argumentos apresentados, nenhum deles tem o condão de afastar a condenação aplicada.

19. Concorro com a Serur quando afirma que os efeitos decorrentes da sanção imputada pelo Tribunal não podem impedir que se apene empresa com vínculos com a Administração Pública, que tenha máculas em sua atuação em certames licitatórios. Trata-se de consequências que devem ser observadas pela recorrente na atuação cotidiana.

20. Por fim, quanto à penalidade imposta, no caso vertente, visto que a empresa Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda. não foi vencedora do pregão, apesar de ter atuado de maneira fraudulenta, conforme demonstrado tanto nos pareceres da unidade técnica e MP/TCU quanto no presente Voto, entendo da mesma forma que o Parquet, que, como não houve o exaurimento, pode ser dado provimento parcial ao presente pedido de reexame, para redução da pena para três meses.

Destarte, resta afastada do certame a empresa Graça Junior.

No que tange à empresa PGC Engenharia de Obras Ltda., não foram observados os requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica discriminados abaixo.

Qualificação econômico-financeira:

Consta do instrumento convocatório que os interessados, para habilitarem-se a participar da presente licitação, deveriam protocolizar o envelope nº 1 contendo, dentre outros documentos, o "BALANÇO PATRIMONIAL do último exercício social". No entanto, a empresa PGC Engenharia apresentou Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013. E em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) confirmamos que a última demonstração contábil foi apresentada pela PGC em 1º/12/2013, restando violado o disposto no item 6.1.5, inciso II, do edital.

Ressalte-se que a exigência editalícia em questão encontra amparo no art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, que tem a seguinte redação:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (grifamos).

Esclareça-se, outrossim, que o Balanço Patrimonial correspondente ao ano de 2014 já era exigível na data de abertura dos envelopes de habilitação (26/11/2015), pois o art. 1078 do Código Civil estabelece que a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao do término do exercício social, com diversos objetivos, dentre eles o de "tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado econômico". Nesse sentido, transcrevemos abaixo parte do Acórdão 1999/2014, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União nos Autos de Representação TC 015.817/2014-8:

(...). Em exame representação formulada pela empresa Cibam Engenharia Eirelli (EPP) contra possíveis irregularidades praticadas pela Gerência Executiva do INSS em Piracicaba/SP na condução do Pregão Eletrônico 3/2014, cujo objeto era a contratação de empresa para execução de serviços de manutenção predial.

2. Alega a empresa que teria sido inabilitada indevidamente no certame, por suposto descumprimento do item 11.1.4.1-a do edital, que trata da qualificação econômico-financeira das licitantes.

3. O citado dispositivo assim estabelecia, em consonância com o disposto no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93:

"11.1.4.1. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

balançotes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.”

4. A representante foi desclassificada por ter apresentado o balanço e demais demonstrações relativamente ao exercício de 2012, enquanto a Gerência Executiva do INSS em Piracicaba entendeu que ela deveria ter apresentado os citados documentos referentes ao exercício de 2013.

5. Observa-se que o art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, reproduzido no edital, reza que o balanço e as demonstrações contábeis a serem apresentados devem ser relativos ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

6. A questão se resume a saber se, na data em que as propostas foram apresentadas, a lei exigia que o balanço e demonstrações contábeis referentes a 2013 já estivessem aprovados.

7. O art. 1078 do Código Civil estabelece que a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao do término do exercício social, com diversos objetivos, entre eles o de “tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado econômico”.

8. Verifica-se, portanto, que, em até quatro meses (30 de abril), devem estar aprovados o balanço patrimonial e os demais demonstrativos contábeis. Como a sessão para abertura das propostas ocorreu no dia 20/5/2014, já era exigível nessa data a apresentação dos citados documentos referentes ao exercício de 2013.

9. Alega a representante que a “validade dos balanços” se findaria em 30/6/2014, por força da Instrução Normativa da Receita Federal 1.420/2013.

10. Tal normativo institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), que deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la. Segundo o art. 3º dessa norma, ficam obrigadas a adotar a ECD as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido (o que seria o caso da representante). O art. 5º da IN estabelece que a ECD será transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.

11. Entende a representante que os dispositivos acima mencionados exigiriam que o INSS, em maio de 2014, ainda aceitasse como “válido” o balanço e as demonstrações relativas a 2012, uma vez que não teria se encerrado o prazo estabelecido no art. 5º da referida norma, que é 30 de junho.

12. Esse entendimento não merece prosperar. O prazo para aprovação do balanço é 30/4/2014, segundo disposto no art. 1078 do Código Civil. Evidentemente, uma instrução normativa não tem o condão de alterar esse prazo, disciplinado em lei ordinária. O que a IN faz é estabelecer um prazo para transmissão da escrituração contábil digital, para os fins operacionais a que ela se destina.

13. Conclui-se, portanto, que o ato do pregoeiro de inabilitar a representante, que apresentou a documentação referente ao exercício de 2012, foi correto, embasado no edital do certame e na legislação pertinente. Assim, deve ser considerada improcedente a representação formulada pela empresa Cibam Engenharia Eirelli. (...). (Relator Ministro: AROLDO CEDRAZ, ACÓRDÃO Nº 1999/2014 – TCU – Plenário, Processo nº TC 015.817/2014-8). (Grifamos).

Qualificação Técnica:

Nos termos do edital, deve constar no registro da empresa no CREA/CAU, “no mínimo, um responsável técnico engenheiro eletricista e um responsável técnico engenheiro civil ou arquiteto”. Não obstante, do registro da empresa PGC Engenharia junto ao CREA não consta a indicação de um responsável técnico engenheiro eletricista, restando descumprido o requisito de qualificação técnica disposto no item 6.1.4, inciso II, do edital.

Consigne-se que, consoante o disposto no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, a documentação relativa à qualificação técnica compreende, dentre outros, o registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente. E o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), em sua Resolução nº 336/1989, exige, para o registro da pessoa jurídica no CREA, a “indicação do ou dos responsáveis técnicos pelas diversas atividades profissionais”, bem como a “prova do vínculo” desses profissionais “com a pessoa jurídica, através de documentação hábil, quando não fizerem parte do contrato social” (art. 8º, incisos II e III).

Dessa forma, tem-se que a empresa licitante somente poderá indicar, como responsável técnico, profissional que conste em seu registro junto ao CREA. O artigo transcrito abaixo, extraído da Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), vem corroborar esse entendimento:

ORIENTAÇÃO DA CONSULTORIA - 914/163/SET/2007

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO NA INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA JUNTO AO CREA

Habilitação – Qualificação técnica – Registro no CREA da pessoa jurídica – Alusão ao responsável técnico no registro da empresa – Análise da legislação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Foi apresentada a seguinte indagação para análise da Consultoria Zênite:

“No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, o nome do profissional indicado como responsável técnico pela empresa licitante, obrigatoriamente deve constar no registro de inscrição da pessoa jurídica junto ao CREA, para efeito de comprovação de quadro permanente?”

ORIENTAÇÃO DA CONSULTORIA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

O art. 30, inc. I, da Lei nº 8.666/93, exige a demonstração de inscrição da licitante na entidade profissional competente, quando for o caso. A licitante também deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes. Esse profissional será o responsável técnico pela execução do futuro contrato.

No caso de profissões regulamentadas, o profissional indicado pela empresa licitante para atuar como seu responsável técnico pela execução do objeto também deverá estar regularmente registrado nessa entidade. No âmbito das obras e serviços de engenharia, tanto a pessoa jurídica licitante quanto o profissional indicado como seu responsável técnico deverão estar inscritos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Portanto, não deve haver confusão entre a comprovação de inscrição da pessoa jurídica e a prova de inscrição de seus profissionais.

A forma de comprovação de que o profissional compõe o quadro permanente da empresa licitante pode ser feita por diversas formas, não se restringindo à existência de vínculo trabalhista. Aliás, nesse sentido formase a orientação do Tribunal de Contas da União:

6. Este Tribunal também tem se posicionado em diversos julgados, no sentido de que se exigir que haja vínculo empregatício para comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante é desnecessário. Esse vínculo não se afigura como imprescindível para a comprovação de capacidade técnica-profissional, haja vista a possibilidade de autonomia no exercício de profissão.

7. Desse modo, tais exigências não só são consideradas por esta Corte como restrição à competitividade na licitação, como também estão em desconformidade com a legislação, com a jurisprudência e com a doutrina aplicáveis ao caso. (TCU, Acórdão nº 1.097/07, Rel. Min. Valmir Campelo.)

Desse modo, se o vínculo se forma em função da condição societária do profissional, o ato constitutivo da empresa é suficiente para demonstrá-lo. Se há relação de emprego, a comprovação pode se efetivar por meio da carteira de trabalho e demais documentos aptos para a formação dessa relação. Havendo contrato de prestação de serviços, a prova se dá por meio do instrumento de contrato formalizado entre a empresa e o profissional.

A par desses documentos, a questão deve ser avaliada, também, à luz das disposições do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), especialmente no que toca à disciplina relativa à indicação dos responsáveis técnicos, prevista na Resolução nº 336/89:

Art. 8º O requerimento de registro deve ser instruído com os seguintes elementos:

(...)

II - Indicação do ou dos responsáveis técnicos pelas diversas atividades profissionais, bem como dos demais profissionais integrantes do quadro técnico da pessoa jurídica.

III - Prova do vínculo dos profissionais referidos no item anterior com a pessoa jurídica, através de documentação hábil, quando não fizerem parte do contrato social.

(...)

Art. 10 As pessoas jurídicas registradas na forma desta Resolução, sempre que efetuarem alterações nos seus objetivos, no seu quadro técnico ou na atividade de seus profissionais, deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicar ao CREA.

Parágrafo único. Serão efetivadas novas ARTs, caso haja alterações nas atividades dos profissionais do seu quadro técnico.

(...)

Art. 19 A infração a qualquer dispositivo desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas no artigo 73 da Lei nº 5.194/66,1 sem prejuízo de outras sanções cabíveis. (Grifamos.)

Verifica-se que, por exigência da entidade fiscalizadora, os engenheiros que compõem o quadro profissional da empresa, obrigatoriamente, devem constar do registro da pessoa jurídica junto ao CREA. Inclusive, se houver alteração desse corpo técnico deverá haver a comunicação à entidade, dentro do prazo assinalado no ato normativo (30 dias).

Com base nisso, o entendimento que se forma é que no registro da pessoa jurídica junto ao CREA deve constar quais os profissionais que compõem o seu quadro técnico. Seja qual for a natureza do vínculo existente entre empresa e profissional, qualquer alteração na composição da equipe técnica deverá ser comunicada à entidade competente, a fim de que seja feito o assentamento no registro da pessoa jurídica.

Dessa forma, a empresa licitante somente poderá indicar na licitação, como responsável técnico, profissional que faça parte do seu quadro técnico. E, tendo em vista que no quadro técnico deverão constar todos os profissionais a ela vinculados (art. 8º, inc. II, da Resolução nº 336/89), outra não pode ser a conclusão senão a de que o responsável técnico indicado pela licitante deverá constar no seu registro junto ao CREA.

Se o profissional está contratado há mais de 30 dias, por meio de um contrato de trabalho ou de prestação de serviços, não poderá ser indicado como responsável técnico se não estiver devidamente inscrito no quadro técnico da licitante junto ao CREA. Nessa hipótese, admitir sua indicação sem o respectivo registro no quadro permanente junto ao registro da empresa no CREA representaria manifesta violação à norma expedida pela entidade fiscalizadora da atividade profissional.

Em suma, a conclusão da Consultoria Zênite se forma no sentido de que no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, o nome do profissional indicado como responsável técnico pela empresa licitante, obrigatoriamente, deve constar no registro de inscrição da pessoa jurídica junto ao CREA. Essa condição é indispensável para aferir se o responsável técnico compõe o quadro permanente da licitante e se deve à regulamentação aplicável ao exercício da profissão.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Tal comprovação somente será dispensada na hipótese de o profissional indicado possuir vínculo com a empresa licitante há menos de 30 dias. Nessa situação, a inserção de seu nome no registro da empresa junto ao CREA ainda não se faz exigível, a teor do que prevê o art. 10 da Resolução nº 336/89, do CONFEA. Sendo esse o caso, a licitante poderá promover a comprovação de que o profissional integra seu quadro permanente por meio da apresentação de outros documentos (carteira de trabalho, ato constitutivo da pessoa jurídica, contrato de prestação de serviços, conforme o caso).
<https://www.webzenite.com.br/documentoscliente/78a3f725-391d-490c-b5cf-b5a02eabd8ce?tt=indicação+responsável+técnico+inscrição+CREA&ex=ALUSÃO> AO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO REGISTRO DA EMPRESA").

Ainda quanto à documentação apresentada pela empresa PGC Engenharia, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura deste Regional assim se manifestou:

- A empresa **não atendeu** o inciso II, do item 6.1.4. - Qualificação Técnica, uma vez que não possui no quadro técnico um responsável Engenheiro Eletricista.
- A empresa **não atendeu** o inciso III b, do item 6.1.4. - Qualificação Técnica, uma vez que não apresentou Atestado de comprovação que a empresa tenha executado obra com complexidade tecnológica e equivalente - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
- A empresa **não atendeu** o inciso IV b, do item 6.1.4. - Qualificação Técnica, uma vez que não apresentou CAT que comprove ter Engenheiro Eletricista executado obra com complexidade tecnológica e equivalente - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
- A empresa **não atendeu** o inciso VI, do item 6.1.4. - Qualificação Técnica, uma vez que não apresentou o vínculo empregatício do Engenheiro Mecânico.

Assim, porque não atendidos os requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica ora mencionados, resta inabilitada a empresa PGC Engenharia de Obras Ltda.

Em relação à Construtora Metrosul Ltda., remetemo-nos, por brevidade, aos fundamentos já declinados no item "Qualificação Técnica", porquanto não consta do registro da Metrosul junto ao CREA a indicação de um responsável técnico engenheiro eletricista, restando descumprido o requisito de qualificação técnica disposto no item 6.1.4, inciso II, do edital.

Ademais, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a resposta de consulta a respeito de cláusula de edital de concorrência pública é vinculante" (REsp 198.665/RJ, 2ª T., rel. Min. Ari Pargendler, j. em 23/3/1999, DJ de 3/5/1999). E a Metrosul apresentou questionamento sobre a possibilidade de ser "aceito que a indicação de um engenheiro eletricista ocorresse somente por contrato de prestação de serviço", obtendo desta Comissão a seguinte resposta:

Considerando que fazem parte do escopo da contratação a execução de entrada de serviço em alta tensão, lógica, alarme patrimonial, alarme de incêndio e SPDA, serviços cuja responsabilidade são inerentes à profissional da área de Engenharia Elétrica, se faz necessário que a empresa tenha habilitação para execução destes serviços, e para tanto possua profissional habilitado registrado em seu quadro técnico (registro no CREA).

Resta, portanto, inabilitada a Construtora Metrosul Ltda..

Por fim, no que diz respeito à manifestação apresentada pelo representante da empresa PGC Engenharia durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação, prestamos os seguintes esclarecimentos:

- 1) A empresa PPN Construções Ltda., conquanto não possua profissional Engenheiro Eletricista em seu quadro técnico, possui Engenheiro Civil com atribuições equivalentes as do Engenheiro Eletricista, conforme preveem os artigos 28 e 29 do Decreto Federal 23.569/33, citados na Certidão de fl. 1211, emitida pelo CREA-PR.
- 2) A Construtora Metrosul efetivamente descumpriu o requisito de qualificação técnica disposto no item 6.1.4, inciso II, do edital, consoante os fundamentos declinados acima, restando inabilitada.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3) A empresa NS Engenharia possui o cálculo dos índices SG, LG e LC válidos até 30/6/2016, conforme comprova a Declaração do SICAF juntada à fl. 1475. E o edital não exige que o cálculo desses índices esteja assinado pelo profissional responsável pela contabilidade da empresa, dispondo apenas que "tais índices deverão ser preferencialmente calculados e assinados por profissional responsável pela contabilidade da empresa participante desta licitação" (item 6.1.5, III, b, do edital). Registre-se ainda, por oportuno, que o edital, no item 6.1.7, inciso III, estabelece que "o licitante deverá acondicionar no envelope 1 (habilitação) toda a documentação exigida neste edital **que não esteja contemplada no SICAF e no CRC**".

- 4) A empresa Tallento Construtora de Obras Ltda. indicou responsável técnico Eng. Mecânico, mediante a apresentação de certidão de acervo técnico emitida pelo CREA-SP, acostada às fls. 1082/1085, que comprova ter o referido profissional realizado obras de complexidade equivalente ou superior ao parâmetro fixado no edital (INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO VRF). Registre-se, outrossim, que a ausência da certidão de registro do referido profissional no CREA não implica, por si só, a inabilitação da empresa que o indicou, pois a regularidade da inscrição do profissional em questão junto ao CREA-SP pode ser aferida por meio de simples consulta ao sítio eletrônico do aludido Conselho de classe, conforme autoriza o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...).

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

E, por analogia, o contido no art. 25, § 4º, do Decreto 5.450/2005, que *regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências*:

Art. 25. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

(...).

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova. (grifamos).

Consigne-se, ainda, que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União vem se consolidando no sentido de rechaçar a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas por meras falhas formais passíveis de superação pela Administração. Nesse sentido os seguintes Acórdãos daquela Corte de Contas: 2872/2010, 92/2008 e 1758/2003, do Plenário, e 1401/2014, da 2ª Câmara.

- 5) A empresa Peace Construtora de Obras, conquanto não possua profissional Engenheiro Eletricista em seu quadro técnico, possui Engenheiro Civil com atribuições equivalentes as do Engenheiro Eletricista, conforme preveem os artigos 28 e 29 do Decreto Federal 23.569/33, citados na Certidão de fls. 988/989, emitida pelo CREA-PR. Além disso, a Peace indicou responsável técnico Eng. Mecânico, mediante a apresentação de certidão de acervo técnico emitida pelo CREA, comprovando que o profissional em questão realizou obras de complexidade equivalente ou superior ao parâmetro fixado no item 6.1.4, V, a, do edital, conforme se verifica nos documentos juntados às fls. 1011/1014.
- 6) A empresa Graça Junior efetivamente se declarou, indevidamente, como Empresa de Pequeno Porte (EPP), restando, por essa razão, excluída do certame. Contudo, não procede a alegação de que essa empresa não apresentou "declaração de indicação de engenheiro mecânico", pois houve indicação de responsável técnico Eng. Mecânico, mediante a apresentação de certidão de acervo técnico emitida pelo CREA-PR, comprovando que o profissional em questão realizou obras de complexidade equivalente ou superior ao parâmetro fixado (fls. 920/925), o que basta para atender ao contido no item 6.1.4, V, a, do edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Conclusão:

À vista do exposto, julgamos HABILITADAS a participar da CONCORRÊNCIA Nº 05/2015 as seguintes empresas:

Construtora Guilherme Ltda. - CNPJ Nº 00.220.057/0001-04
Peace Construtora de Obras Ltda. - CNPJ nº 04.826.544/0001-68
Tallento Construtora de Obras Ltda. - CNPJ nº 04.379.027/0001-98
PPN Construções Ltda. - CNPJ nº 80.303.761/0001-51
Oros Engenharia Ltda. - CNPJ nº 80.315.278/0001-97
NS Engenharia e Construções Ltda - CNPJ nº 07.148.290/0001-64

É o relatório.

Dê-se publicidade do resultado deste julgamento, em cumprimento ao § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

Curitiba, 4 de dezembro de 2015.

(Assinado no original)

Daniel Ferreira de Souza

Presidente da Comissão de Licitações

(Assinado no original)

Paulo Celso Gerva

Membro da Comissão de Licitações

(Assinado no original)

Amanda Marzall

Membro da Comissão de Licitações